

**Nota Técnica**  
**Déficit Habitacional no Brasil**  
**Anos 2011 e 2012**



**Centro de Estatística e Informações - CEI**

**Belo Horizonte, maio de 2014**

**DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2011-2012: RESULTADOS  
PRELIMINARES**

**NOTA TÉCNICA**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 METODOLOGIA .....	3
3 RESULTADOS.....	5
3.1 Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012.....	6
3.2 Déficit Habitacional no Brasil série 2007-2012 .....	12
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	14
5 REFERÊNCIAS .....	15

## 1 INTRODUÇÃO

A série de estudos denominada Déficit Habitacional no Brasil, considerada referência entre os estudiosos da questão habitacional e adotada oficialmente pelo governo federal, foi criada em 1995, pela Fundação João Pinheiro (FJP), com o objetivo de desenvolver uma metodologia que fosse clara e o mais fiel possível à realidade habitacional do país. Desde então, ela tem sido utilizada por diferentes esferas de governo, pesquisadores e pela sociedade civil em geral como instrumento útil nas discussões e na elaboração de políticas públicas relacionadas à habitação.

Sua metodologia vem sofrendo alterações ao longo do tempo com o intuito de incorporar críticas e sugestões pertinentes, sempre levando em conta tanto sua viabilidade técnica – em função das fontes de dados disponíveis – quanto sua real contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos.

Dando sequência à proposta de atualização dos resultados, a presente nota técnica tem por objetivo apresentar os resultados preliminares do déficit habitacional no Brasil relativo aos anos 2011 e 2012, além de novas estimativas para o déficit no período 2007 a 2009.

Os dados utilizados foram retirados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos 2007 a 2012, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fevereiro de 2014, com os pesos de expansão da amostra reponderados pela projeção populacional que considerou os resultados do censo 2010, conforme nota técnica divulgada pelo IBGE<sup>1</sup>.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesse estudo incorpora as últimas inovações implementadas no volume Déficit Habitacional no Brasil 2007 e mantidas nos estudos subsequentes de 2008 e 2009. A exceção diz respeito a uma mudança no cálculo do déficit habitacional relativo que passou a considerar no seu denominador a soma dos domicílios particulares permanentes e dos domicílios improvisados.

A partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida pela FJP trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade

---

<sup>1</sup> IBGE. Estimativas de população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra das PNADS 2001 a 2012, reponderados com base na projeção de população do Brasil e das Unidades da Federação, realizada em 2013. Estimativas municipais calculadas com base na tendência de crescimento 2000-2010. Nota Técnica. 2014. Acesso em: 15 de março de 2014. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/notas\\_tecnicas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/notas_tecnicas.shtm).

de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento. A inadequação de moradias, por outro lado, reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não está relacionada ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios.

O déficit habitacional é calculado como a soma de quatro componentes: a) domicílios precários; b) coabitação familiar; c) ônus excessivo com aluguel urbano; e d) adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial, na qual a verificação de um critério está condicionada à não ocorrência dos critérios anteriores. A forma de cálculo garante que não há dupla contagem de domicílios, exceto pela coexistência de algum dos critérios e uma ou mais famílias conviventes secundárias que desejem constituir novo domicílio.

O primeiro componente, **habitações precárias**, considera no seu cálculo dois subcomponentes: os *domicílios rústicos* e os *domicílios improvisados*. Os *domicílios rústicos* são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade, esse tipo de edificação proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças. Já os *domicílios improvisados* englobam todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros), o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares.

O segundo componente, **coabitação familiar**, também é composto por dois subcomponentes: os *cômodos* e as *famílias conviventes secundárias que desejam constituir novo domicílio*. Os cômodos foram incluídos no déficit habitacional porque esse tipo de moradia mascara a situação real de coabitação, uma vez que os domicílios são formalmente distintos. Segundo a definição do IBGE, os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça de porco etc. O segundo subcomponente diz respeito às famílias secundárias que dividem a moradia com a família principal e desejam constituir novo domicílio.

O terceiro componente do déficit habitacional é o **ônus excessivo com aluguel urbano**. Ele corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel.

O quarto e último componente é o **adensamento excessivo em domicílios alugados** que correspondem aos domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório.

O quadro 1 apresenta uma síntese da metodologia.

Quadro 1: Metodologia de cálculo do déficit habitacional

ESPECIFICAÇÃO	COMPONENTES
Déficit habitacional	<p>(1) <b>Habitações precárias</b></p> <p>(1.1) Domicílios rústicos</p> <p>(1.2) Domicílios improvisados</p> <p>(2) <b>Coabitação familiar</b></p> <p>(2.1) Cômodos alugados, cedidos e próprios</p> <p>(2.2) Famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo</p> <p>(3) <b>Ônus excessivo com aluguel</b></p> <p>(4) <b>Adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados</b></p>

### 3 RESULTADOS

A seguir serão apresentadas as estimativas preliminares do déficit habitacional no Brasil para os anos 2011 e 2012. O comportamento dos resultados será descrito considerando o déficit total e seu percentual em relação aos domicílios particulares permanentes e improvisados, os componentes do déficit segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas.

Serão apresentados, também, os primeiros resultados do déficit habitacional recalculado para o período de 2007 a 2009. Essa atualização se faz necessária para a comparação da série histórica de 2007 a 2012. Essas novas estimativas só foram possíveis com a divulgação de nova reponderação das PNADs, em fevereiro de 2014, a partir de nova projeção populacional, calculada com base nas informações do Censo Demográfico 2010, conforme nota técnica do IBGE.

### 3.1 Déficit habitacional no Brasil 2011-2012

Os primeiros resultados mostram que o déficit habitacional, em 2011, correspondia a 5,889 milhões de domicílios, o que representa 9,5% dos domicílios particulares permanentes e improvisados (tabela 1). Em 2012 esse número caiu para 5,792 milhões, o equivalente a 9,1% de déficit relativo (tabela 2).

Dentre as regiões com o maior déficit habitacional absoluto destacam-se o Sudeste e o Nordeste com, respectivamente, 2,184 e 1,961 milhões de moradias em 2011 e 2,356 e 1,791 milhões em 2012. Em seguida vem a região Sul com 604 mil, o Norte com 575 mil e o Centro-Oeste com 464 mil domicílios em 2012 (tabela 2). Embora a maior concentração absoluta do déficit se localize nas regiões Sudeste e Nordeste, os maiores percentuais do déficit relativo concentram-se na região Norte: 14% em 2011 e 12,5% em 2012. No período 2011-2012, o déficit relativo caiu em todas as regiões, com exceção da região Sudeste onde aumentou em 0,5%, passando de 8,0% para 8,5% dos domicílios particulares permanentes e improvisados (tabelas 1 e 2).

Entre as unidades da federação com maior déficit absoluto em 2012 destacam-se: São Paulo (1,320 milhões), Minas Gerais (510 mil), Rio de Janeiro (444 mil) e Maranhão (404 mil). Desses estados, apenas o último figura também entre as unidades da federação com maiores déficits relativos. Além do Maranhão, que tem déficit relativo de 21,9%, podemos citar também Amazonas (16,9%), Acre (14,1%) e Distrito Federal (16,2%). Os estados com menor déficit relativo situam-se na região Sul (tabela 2).

A variação no déficit habitacional absoluto no período 2011-2012 foi bastante diferenciada entre as unidades da federação. Pelo mapa da figura 3 é possível perceber que dos 27 estados, 12 registraram aumento, enquanto 15 apresentaram redução. As unidades da federação que tiveram as maiores quedas foram o Amapá e Roraima (entre -15% e -35%) e os que tiveram a maior elevação foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Sergipe, Mato Grosso, Amazonas e Acre (mais de 15%).

Em relação às regiões metropolitanas, o comportamento do déficit no período 2011-2012 é bastante diferenciado. Das nove regiões pesquisadas, cinco (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba) apresentaram aumento no déficit habitacional tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Essa elevação pode ser atribuída ao aumento no componente ônus excessivo com aluguel, que diminuiu apenas na região metropolitana de Porto Alegre. Nas outras quatro regiões metropolitanas onde o déficit habitacional total e relativo (Belém, Recife, Salvador e Porto Alegre) diminuiu, a queda foi puxada principalmente pelo componente domicílios precários.

A composição do déficit habitacional em 2012 mostra que o componente com maior peso no déficit é o ônus excessivo com aluguel respondendo por 2,660 milhões de unidades ou 45,9% do déficit, seguido pela coabitação com 1,865 milhões de domicílios ou 32,2%, habitação precária (883 mil ou 15,3%) e adensamento excessivo em domicílios alugados (382 mil ou 6,6%).

Essa distribuição relativa é diferente apenas na região Norte onde o componente domicílios precários tem um peso maior do que o ônus excessivo com aluguel (tabela 2).

Tabela 1: Déficit habitacional total, relativo, por componentes, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RM) – Brasil – 2011

Especificação	Déficit habitacional					
	Total absoluto	Total relativo	Componentes			
			Habitação precária	Coabit. familiar	Ônus excessivo aluguel	Adens. excessivo
<b>Norte</b>	<b>624.119</b>	<b>14,0</b>	<b>215.815</b>	<b>252.954</b>	<b>113.768</b>	<b>41.582</b>
Rondônia	47.811	9,1	14.619	13.129	15.110	4.953
Acre	22.306	11,1	6.088	9.211	5.348	1.659
Amazonas	149.723	16,5	41.422	64.585	29.690	14.026
Roraima	21.637	16,4	6.011	9.269	4.467	1.890
Pará	297.659	14,4	126.036	122.116	36.716	12.791
<i>RM Belém</i>	73.655	12,6	9.091	43.227	15.587	5.750
Amapá	26.424	14,9	2.529	17.002	5.285	1.608
Tocantins	58.559	13,6	19.110	17.642	17.152	4.655
<b>Nordeste</b>	<b>1.961.532</b>	<b>12,1</b>	<b>712.800</b>	<b>641.669</b>	<b>512.489</b>	<b>94.574</b>
Maranhão	465.617	26,1	341.737	78.698	35.710	9.472
Piauí	112.521	12,8	38.816	56.264	12.942	4.499
Ceará	246.584	9,6	73.599	82.163	74.207	16.615
<i>RM Fortaleza</i>	108.959	9,9	8.555	46.560	43.391	10.453
Rio Grande do Norte	126.876	12,8	13.420	55.508	48.188	9.760
Paraíba	126.937	10,7	25.634	52.526	43.776	5.001
Pernambuco	248.378	9,1	62.176	60.889	105.688	19.625
<i>RM Recife</i>	111.555	9,4	23.081	36.274	45.605	6.595
Alagoas	103.131	11,3	31.235	37.126	26.522	8.248
Sergipe	68.264	10,3	6.938	29.567	28.473	3.286
Bahia	463.224	10,3	119.245	188.928	136.983	18.068
<i>RM Salvador</i>	135.430	10,8	4.058	60.223	63.035	8.114
<b>Sudeste</b>	<b>2.184.611</b>	<b>8,0</b>	<b>103.631</b>	<b>641.059</b>	<b>1.227.245</b>	<b>212.676</b>
Minas Gerais	454.080	7,0	17.913	179.831	234.115	22.221
<i>RM Belo Horizonte</i>	115.045	7,2	2.538	41.450	63.443	7.614
Espírito Santo	90.533	7,6	5.263	22.110	56.843	6.317
Rio de Janeiro	409.544	7,3	13.964	121.958	229.539	44.083
<i>RM Rio de Janeiro</i>	299.649	7,1	8.757	85.523	171.699	33.670
São Paulo	1.230.454	8,8	66.491	317.160	706.748	140.055
<i>RM São Paulo</i>	592.405	9,0	29.995	161.765	328.867	71.778
<b>Sul</b>	<b>623.722</b>	<b>6,6</b>	<b>111.935</b>	<b>202.803</b>	<b>289.656</b>	<b>19.328</b>
Paraná	232.783	6,6	35.442	77.438	110.186	9.717
<i>RM Curitiba</i>	68.835	6,4	5.692	25.876	34.160	3.107
Santa Catarina	150.978	7,1	31.922	37.248	77.817	3.991
Rio Grande do Sul	239.961	6,3	44.571	88.117	101.653	5.620
<i>RM Porto Alegre</i>	95.504	6,7	17.892	30.206	44.387	3.019
<b>Centro-Oeste</b>	<b>495.373</b>	<b>10,5</b>	<b>43.722</b>	<b>178.231</b>	<b>245.158</b>	<b>28.262</b>
Mato Grosso do Sul	84.366	10,3	10.252	36.659	33.119	4.336
Mato Grosso	73.210	7,5	5.470	28.605	33.242	5.893
Goiás	197.960	9,6	24.320	57.456	106.121	10.063
Distrito Federal	139.837	16,1	3.680	55.511	72.676	7.970
<b>Brasil</b>	<b>5.889.357</b>	<b>9,5</b>	<b>1.187.903</b>	<b>1.916.716</b>	<b>2.388.316</b>	<b>396.422</b>
<i>Total das RMs</i>	1.601.037	8,4	109.659	531.104	810.174	150.100
Demais áreas	4.288.320	10,0	1.078.244	1.385.612	1.578.142	246.322

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2011.

Elaboração: Centro de Estatística e Informações/Fundação João Pinheiro.

Nota: No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.



Tabela 2: Déficit habitacional total, relativo, por componentes, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RM) – Brasil – 2012

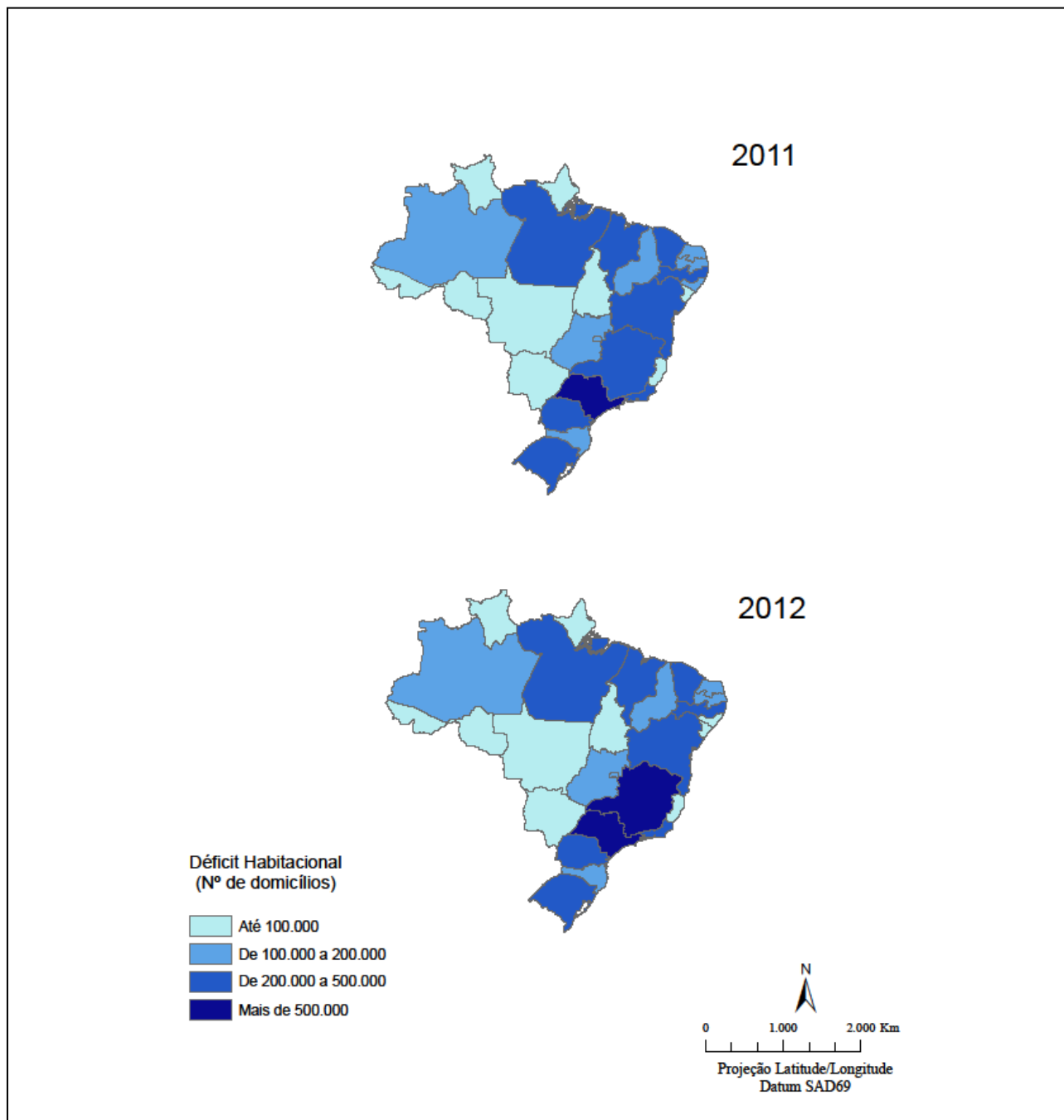
Especificação	Déficit habitacional					
	Total absoluto	Total relativo	Componentes			
			Habitação precária	Coabit. familiar	Ônus excessivo aluguel	Adens. excessivo
<b>Norte</b>	<b>575.569</b>	<b>12,5</b>	<b>120.766</b>	<b>266.646</b>	<b>140.002</b>	<b>48.155</b>
Rondônia	38.898	7,4	4.923	10.583	21.176	2.216
Acre	28.882	14,1	4.471	14.910	6.896	2.605
Amazonas	160.071	16,9	17.032	84.124	39.504	19.411
Roraima	16.611	12,4	2.076	7.961	5.017	1.557
Pará	262.300	12,2	76.959	120.846	47.246	17.249
<i>RM Belém</i>	65.712	10,6	1.537	39.579	19.023	5.573
Amapá	17.172	9,0	2.701	8.586	3.680	2.205
Tocantins	51.635	11,6	12.604	19.636	16.483	2.912
<b>Nordeste</b>	<b>1.791.437</b>	<b>10,7</b>	<b>536.662</b>	<b>627.700</b>	<b>547.093</b>	<b>79.982</b>
Maranhão	404.641	21,9	272.502	86.591	35.091	10.457
Piauí	100.105	10,8	30.368	57.925	10.126	1.686
Ceará	248.296	9,6	54.503	90.605	84.936	18.252
<i>RM Fortaleza</i>	124.701	11,0	6.704	48.268	59.671	10.058
Rio Grande do Norte	123.354	12,3	7.400	62.909	47.493	5.552
Paraíba	114.534	9,6	16.626	49.262	43.105	5.541
Pernambuco	244.396	8,6	36.583	66.498	123.436	17.879
<i>RM Recife</i>	108.835	8,9	7.324	32.967	62.789	5.755
Alagoas	91.609	9,7	24.709	35.562	25.312	6.026
Sergipe	77.756	11,7	6.880	37.847	30.277	2.752
Bahia	386.746	8,2	87.091	140.501	147.317	11.837
<i>RM Salvador</i>	112.952	8,7	3.432	40.875	63.653	4.992
<b>Sudeste</b>	<b>2.356.075</b>	<b>8,5</b>	<b>89.785</b>	<b>656.714</b>	<b>1.404.993</b>	<b>204.583</b>
Minas Gerais	510.894	7,7	17.958	179.791	291.557	21.588
<i>RM Belo Horizonte</i>	148.163	8,9	794	60.374	81.830	5.165
Espírito Santo	80.856	6,6	1.092	26.227	51.897	1.640
Rio de Janeiro	444.142	8,0	14.492	139.608	252.881	37.161
<i>RM Rio de Janeiro</i>	331.260	8,0	11.490	106.588	183.824	29.358
São Paulo	1.320.183	9,2	56.243	311.088	808.658	144.194
<i>RM São Paulo</i>	700.259	10,1	44.699	129.839	442.710	83.011
<b>Sul</b>	<b>604.974</b>	<b>6,2</b>	<b>99.515</b>	<b>177.294</b>	<b>305.812</b>	<b>22.353</b>
Paraná	248.955	6,8	49.338	58.895	129.463	11.259
<i>RM Curitiba</i>	86.820	7,9	19.542	14.549	49.093	3.636
Santa Catarina	147.769	6,7	20.120	44.398	77.009	6.242
Rio Grande do Sul	208.250	5,4	30.057	74.001	99.340	4.852
<i>RM Porto Alegre</i>	86.263	5,9	10.286	30.390	42.780	2.807
<b>Centro-Oeste</b>	<b>464.453</b>	<b>9,6</b>	<b>37.049</b>	<b>137.103</b>	<b>262.448</b>	<b>27.853</b>
Mato Grosso do Sul	67.541	7,7	7.133	22.231	34.821	3.356
Mato Grosso	82.660	8,3	6.991	29.606	39.481	6.582
Goiás	176.274	8,3	10.347	45.516	107.173	13.238
Distrito Federal	137.978	16,2	12.578	39.750	80.973	4.677
<b>Brasil</b>	<b>5.792.508</b>	<b>9,1</b>	<b>883.777</b>	<b>1.865.457</b>	<b>2.660.348</b>	<b>382.926</b>
<i>Total das RMs</i>	1.764.965	9,0	105.808	503.429	1.005.373	150.355
Demais áreas	4.027.543	9,1	777.969	1.362.028	1.654.975	232.571

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

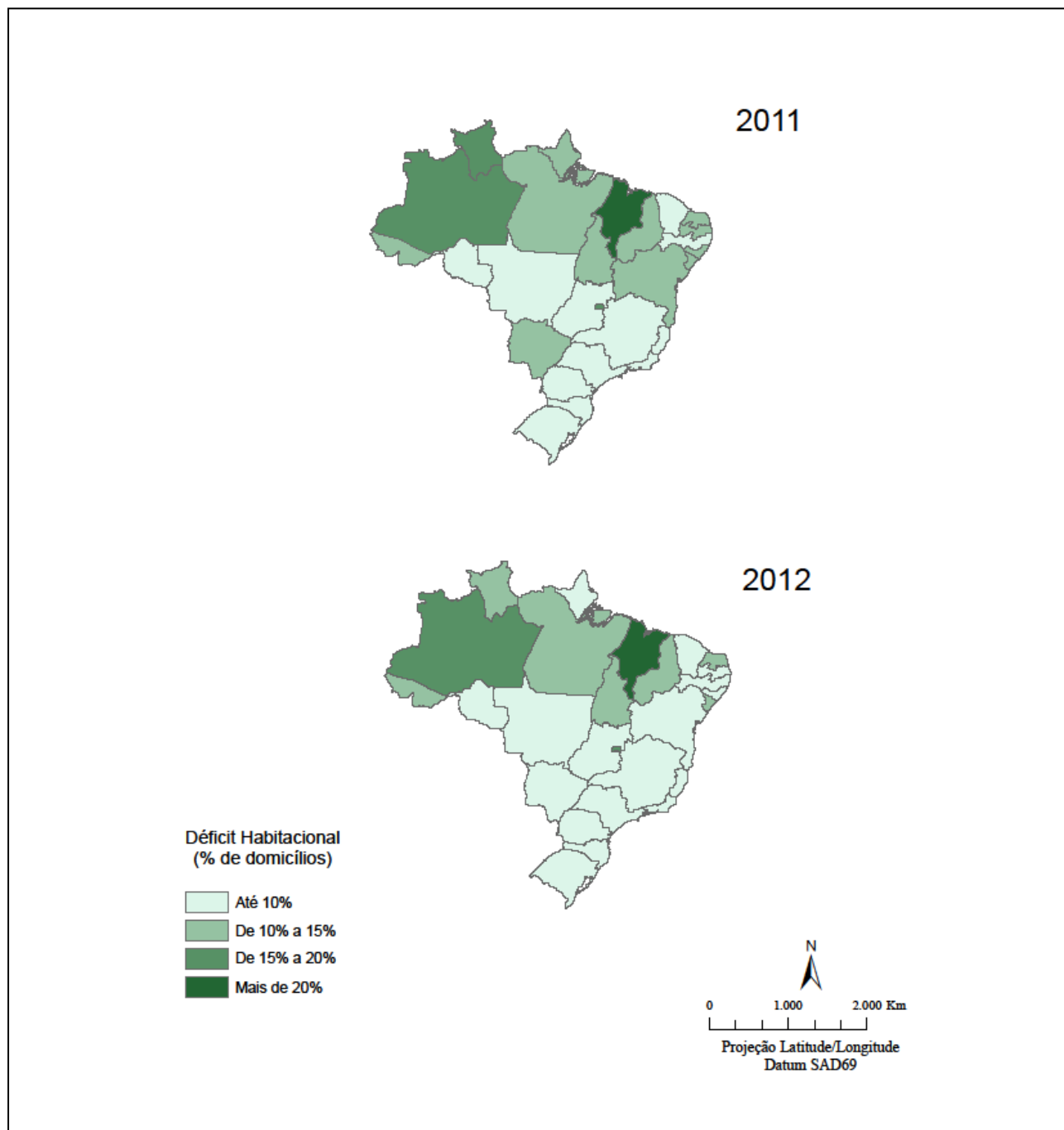
Nota: No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

Figura 1: Déficit habitacional absoluto, segundo unidades da federação – 2011- 2012



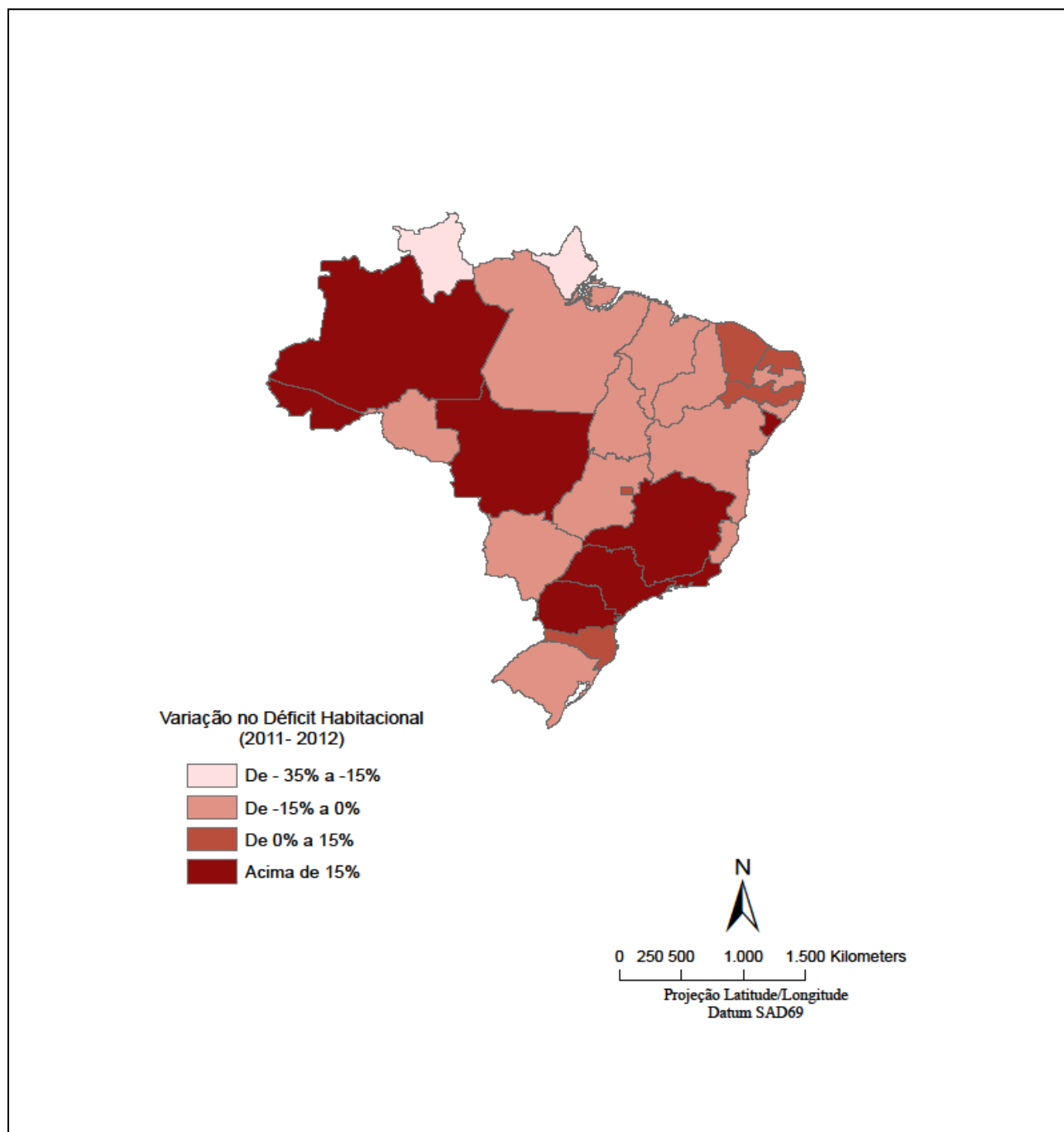
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2011- 012

Figura 2: Déficit habitacional relativo, segundo unidades da federação – 2011-2012



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2011-2012

Figura 3: Variação no déficit habitacional no período 2011/2012, segundo unidades da federação



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2011-2012

### 3.2 Déficit Habitacional no Brasil, série 2007-2012

A análise inicial dos resultados aponta uma tendência de queda no déficit habitacional total para o Brasil no período 2007-2012. O déficit passou de 6,102 milhões de unidades em 2007 para 5,792 milhões em 2012. Durante o período, apenas o ano de 2009 apresentou uma ligeira alta em termos absolutos (6,143 milhões de unidades) em relação a 2007 (tabela 3). Em termos relativos o déficit habitacional apresentou uma queda consistente de 2007 a 2012, passando de 10,8% dos domicílios particulares permanentes e improvisados em 2007 para 9,1% em 2012.

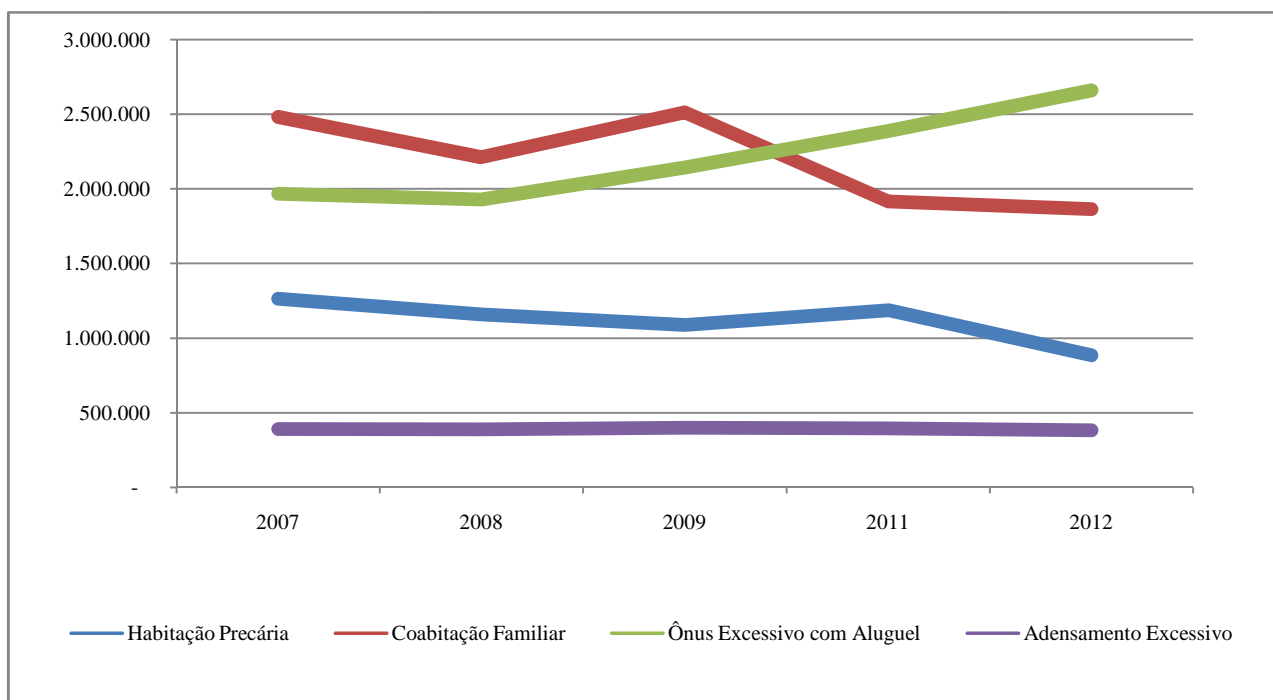
Em relação à composição do déficit habitacional, é possível notar uma redução significativa na participação do componente coabitação familiar e um aumento na participação do ônus excessivo com aluguel (gráfico 1). Enquanto a coabitação respondia por cerca de 41% do déficit em 2007, esse percentual cai para cerca de 32% em 2012. Já ônus excessivo com aluguel passa de 32% em 2007 para 46% em 2012 (gráfico 2). O componente habitação precária também apresenta uma queda no período, de cerca de 21% em 2007 para 13% em 2012, enquanto o adensamento excessivo em domicílios alugados permanece praticamente constante, em torno de 6%.

Tabela 3: Déficit habitacional total, relativo, por componentes, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas (RMs) – Brasil – 2011-2012

Especificação	Ano				
	2007	2008	2009	2011	2012
<b>Déficit Total Absoluto</b>	<b>6.102.414</b>	<b>5.686.703</b>	<b>6.143.226</b>	<b>5.889.357</b>	<b>5.792.508</b>
Déficit Total Relativo	10,8	9,8	10,4	9,5	9,1
Total de Domicílios	56.338.622	58.180.644	59.252.675	62.116.819	63.766.688
COMPONENTES					
<b>Habitação Precária</b>	<b>1.264.414</b>	<b>1.158.801</b>	<b>1.088.634</b>	<b>1.187.903</b>	<b>883.777</b>
<i>Improvisados</i>	<i>109.421</i>	<i>101.100</i>	<i>69.432</i>	<i>130.905</i>	<i>85.550</i>
<i>Rústicos</i>	<i>1.154.993</i>	<i>1.057.701</i>	<i>1.019.202</i>	<i>1.056.998</i>	<i>798.227</i>
<b>Coabitação Familiar</b>	<b>2.481.128</b>	<b>2.211.276</b>	<b>2.511.541</b>	<b>1.916.716</b>	<b>1.865.457</b>
<i>Cômodos</i>	<i>200.094</i>	<i>175.366</i>	<i>216.924</i>	<i>221.546</i>	<i>170.926</i>
<i>Famílias Conviventes</i>	<i>2.281.034</i>	<i>2.035.910</i>	<i>2.294.617</i>	<i>1.695.170</i>	<i>1.694.531</i>
<b>Ônus Excessivo com Aluguel</b>	<b>1.965.981</b>	<b>1.928.236</b>	<b>2.143.415</b>	<b>2.388.316</b>	<b>2.660.348</b>
<b>Adensamento Excessivo</b>	<b>390.891</b>	<b>388.390</b>	<b>399.636</b>	<b>396.422</b>	<b>382.926</b>

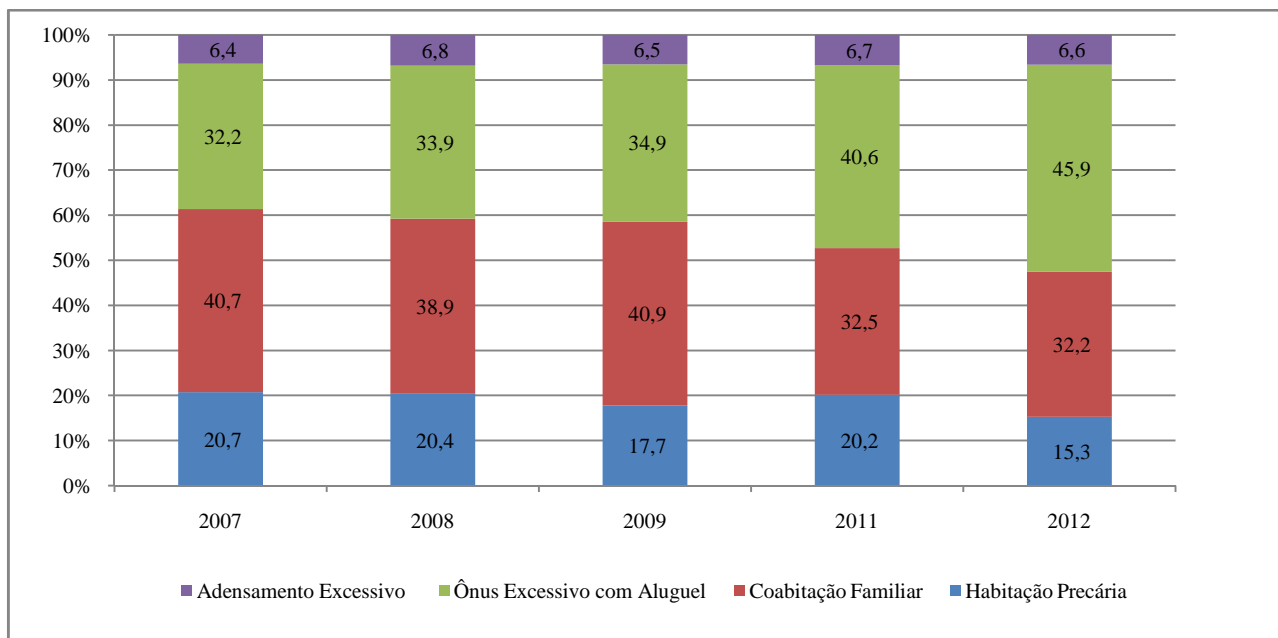
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007-2012.

Gráfico 1: Variação dos componentes do déficit habitacional – Brasil – 2007-2012



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007-2012

Gráfico 2: Composição do déficit habitacional segundo componentes – Brasil, 2007-2012



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007-2012.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atualização dos resultados do déficit habitacional é instrumento fundamental para a tomada de decisões, a formulação e o monitoramento e avaliação das políticas públicas habitacionais nos diferentes níveis de governo.

A análise das primeiras estimativas do déficit habitacional no Brasil, no período 2007-2012, aponta uma tendência de queda que pode ser atribuída à redução nos componentes domicílios precários (domicílios rústicos e improvisados) e coabitação familiar, em especial no número de famílias conviventes que desejam constituir novo domicílio.

Apesar dessa tendência de queda, a redução no déficit não se deu de forma homogênea entre os estados nem entre os componentes. Uma análise mais detalhada do comportamento do déficit habitacional e da inadequação de domicílios será apresentada na próxima publicação da série de estudos Déficit Habitacional no Brasil, em elaboração pela Fundação João Pinheiro.

## 5 REFERÊNCIAS

IBGE. Estimativas de população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra das Pnads 2001 a 2012, reponderados com base na projeção de população do Brasil e das Unidades da Federação, realizada em 2013. Estimativas municipais calculadas com base na tendência de crescimento 2000-2010. Nota Técnica. 2014. Acesso em: 20 de março de 2014. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/notas\\_tecnicas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/notas_tecnicas.shtm)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2007. Belo Horizonte, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2008. Belo Horizonte, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2009. Belo Horizonte, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010. Belo Horizonte, 2013.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 2007.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 2008.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 2009.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, 2012.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**GOVERNADOR**  
*Alberto Pinto Coelho*

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**SECRETÁRIA**  
*Renata Maria Paes de Vilhena*

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
**PRESIDENTE**  
*Marilena Chaves*

**CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES**  
**DIRETOR**  
*Frederico Poley Martins Ferreira*

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**ASSESSORA-CHEFE**  
*Olívia Bittencourt*

**FICHA TÉCNICA**

**COORDENAÇÃO TÉCNICA**  
*Adriana de Miranda Ribeiro*

**ELABORAÇÃO**  
*Adriana de Miranda Ribeiro*  
*Frederico Poley Martins Ferreira*  
*Raquel de Mattos Viana*

**REVISÃO**  
*Agda Mendonça*

*É permitida a reprodução dos dados publicados desde que citada a fonte.*

**CONTATOS E INFORMAÇÕES**  
**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
**CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)**  
Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luiz/Pampulha  
Caixa Postal 1200 - CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
Telefones: (31) 3448-9719 e 3448-9580  
Fax: (31) 3448-9477 e 3448-3706  
[www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)  
e-mail: [comunicacao@fjp.mg.gov.br](mailto:comunicacao@fjp.mg.gov.br)